

SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35

NIRE Nº. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA



JUCESP PROTOCOLO
0.260.080/18147



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL
REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2018**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 19 de março de 2018, às 14h00, na sede da Sociedade Paulista de Mobilidade S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, sala 4, Vila Olímpia, CEP: 04551-065, São Paulo/SP.
2. **PRESENÇA:** Foram cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº. 6.404, de 15.12.1976 ("LSA"), constatando-se a presença das acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se verifica das assinaturas constantes e apostas no "Livro Registro de Presença de Acionistas".
3. **CONVOCAÇÃO:** Os avisos de que trata o artigo 124 da LSA foram dispensados pelo comparecimento da totalidade das acionistas, conforme permitido pelo parágrafo 4º do artigo 124 da LSA.
4. **MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Luciano José Porto Fernandes e o Sr. Carlos Alberto Pinto Nogueira, como secretário.
5. **ORDEM DO DIA:** (i) Tomar conhecimento da renúncia formulada pelo Conselheiro de Administração Tiago Augusto Alves Souza Dias e eleição de seu substituto; (ii) deliberar sobre o aumento de capital social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 4º do Estatuto Social; (iii) deliberar sobre a alteração da denominação social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 1º do Estatuto Social; (iv) deliberar sobre a alteração do objeto social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 2º e parágrafo único do Estatuto Social; (v) deliberar sobre a reforma dos artigos 3º e 6º do Estatuto Social; (vi) deliberar sobre a inclusão do "Capítulo VI – Da Autorização do Poder Concedente" no Estatuto Social, a consequente renumeração dos artigos subsequentes do Estatuto Social em razão desta inclusão; (vii) deliberar sobre a inclusão do artigo 21 no "Capítulo IX – Disposições Gerais" do Estatuto Social; e (viii) sendo aprovado os itens (ii) a (vii) acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia.
6. **DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram:

6.1. Autorizar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA;

6.2. Tomar conhecimento da renúncia formulada pelo Sr. Tiago Augusto Alves Souza Dias, ao cargo de membro do Conselho de Administração e aprovar a eleição do Sr. Leonardo Couto Vianna, brasileiro, casado, sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 557.691.434-4 - SSP/SP e inscrito no



SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35

NIRE Nº. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

CPF/MF sob o nº. 156.835.756-72, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º. Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia cujo mandato se encerrará na data prevista para o término do mandato do Conselheiro ora substituído, ou seja, 02 (dois) anos a contar de 07 de março de 2018.

O membro do Conselho de Administração ora eleito declara ter conhecimento do art. 147 da LSA, e alterações posteriores, e consequentemente, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que o impeçam de exercer atividades mercantis, conforme Termo de Posse, Declaração de Desimpedimento e de Renúncia à Remuneração arquivado na sede da Companhia.

Diante desta eleição, as Acionistas aprovaram, ainda, a eleição do Sr. Leonardo Couto Vianna, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, em substituição ao Sr. Luciano José Porto Fernandes.

Em razão das deliberações acima, o Conselho de Administração da Companhia, a partir desta data, passa a ser composto pelos seguintes membros: **(1) Leonardo Couto Vianna**, membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração, eleito na presente data; **(2) Luciano José Porto Fernandes**, membro efetivo, eleito na Assembleia Geral de Constituição realizada em 07 de março de 2018; **(3) Roberto Vollmer Labarthe**, membro efetivo, eleito na Assembleia Geral de Constituição realizada em 07 de março de 2018; **(4) Ana Luiza Borges Martins**, membro efetivo, eleita na Assembleia Geral de Constituição realizada em 07 de março de 2018; e **(5) Sérgio Luiz Pereira de Macedo**, membro efetivo, eleito na Assembleia Geral de Constituição realizada em 07 de março de 2018; todos com mandato de 02 (dois) anos a contar de 07 de março de 2018, devendo os mesmos permanecerem em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos.

6.3. Aprovar o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 88.990.000,00 (oitenta e oito milhões, novecentos e noventa mil reais), mediante a emissão de 88.990.000 (oitenta e oito milhões, novecentos e noventa mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação de R\$ 1,00 (um real), a serem totalmente subscritas e a serem integralizadas até 30 de abril de 2019, por suas acionistas, a CCR S.A. ("CCR") e a RUASINVEST PARTICIPAÇÕES S.A. ("RUASINVEST"), conforme boletim de subscrição anexo à presente ata (**ANEXO I**). Em consequência, alterar o Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 4º. O capital social da Companhia é de R\$ 89.000.000,00 (oitenta e nove milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, representado por 89.000.000 (oitenta e nove milhões) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal."



Handwritten signature and initials.

SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35

NIRE Nº. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

6.4. Aprovar a alteração da denominação da Companhia de Sociedade Paulista de Mobilidade S.A. para **Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.** e, consequentemente, alterar o artigo 1º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 1º. A CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A. é uma sociedade anônima, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, sala 4, Vila Olímpia, CEP 04551-065. O Conselho de Administração poderá deliberar sobre a abertura ou encerramento de filiais ou outras dependências.”

6.5. Aprovar a alteração do objeto social da Companhia e, consequentemente, alterar o artigo 2º e parágrafo único do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 2º. A Companhia tem por finalidade exclusiva realizar a exploração dos serviços integrantes da concessão onerosa para operação dos serviços de transporte de passageiros das Linhas 5-Lilás e 17-Ouro da Rede Metroviária de São Paulo, compreendendo todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, nos termos e condições do contrato de concessão a ser firmado entre a Estado de São Paulo (“Poder Concedente”), por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos – STM, e a Companhia, em virtude do procedimento licitatório promovido pelo Poder Concedente e nos termos do Edital da Concorrência Internacional nº 02/2016 (“Contrato de Concessão”).

Parágrafo único. É vedado à Companhia praticar quaisquer atos estranhos a seu objeto social, salvo mediante expressa autorização do Poder Concedente.”

6.6. Aprovar a reforma dos artigos 3º e 6º do Estatuto Social, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 3º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado, sendo, no mínimo, o necessário ao cumprimento de todas as obrigações do Contrato de Concessão para operação dos serviços de transporte de passageiros das Linhas 5-Lilás e 17-Ouro da Rede Metroviária de São Paulo.”

“Artigo 6º. Além das matérias estabelecidas em Lei, caberá à Assembleia Geral da Companhia deliberar acerca dos seguintes assuntos:

- (i) constituição de subsidiárias ou controladas, bem como a participação da Companhia em qualquer outra sociedade, subscrição pela Companhia de capital social de qualquer outra sociedade ou aumento da participação da Companhia em qualquer outra sociedade;
- (ii) dissolução, liquidação, partilha ou cessação do estado de liquidação da Companhia ou quaisquer de suas controladas, filiais ou subsidiárias;
- (iii) alteração do Estatuto Social.



SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35

NIRE Nº. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

- (iv) aumento de capital ou emissão de qualquer instrumento ou valor mobiliário conversível em ações da Companhia, emissão de opções ou bônus de subscrição, incluindo a aprovação do preço de emissão, os termos de pagamento e forma de colocação, pública ou privada;
- (v) eleição ou destituição dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia;
- (vi) qualquer transformação, fusão, incorporação, cisão, reorganização societária ou participação em grupo de sociedades envolvendo a Companhia;
- (vii) venda de ativos da Companhia que sejam essenciais para exploração de seu objeto social;
- (viii) autorização aos administradores para declarar falência ou requerer recuperação judicial ou homologação de recuperação extrajudicial;
- (ix) abertura do capital da Companhia e suas condições;
- (x) realização de investimentos não previstos no Plano de Negócios;
- (xi) aprovação de qualquer alteração do Contrato de Concessão;
- (xii) aprovação da contratação e qualquer alteração aos contratos de fornecimento de equipamentos, operação ou manutenção do Sistema de Transporte objeto do Contrato de Concessão e que excedam R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social;
- (xiii) concessão de avais, fianças ou qualquer outra garantia ou contra-garantia nos termos do Estatuto Social;
- (xiv) alteração ou revisão do Plano de Negócios;
- (xv) redução de capital da Companhia, com ou sem entrega de bens ou dinheiro às Acionistas;
- (xvi) resgate ou amortização de ações;
- (xvii) ajuizamento de qualquer ação judicial perante o Poder Concedente ou o início de qualquer procedimento arbitral relacionado ao Contrato de Concessão;
- (xviii) suspensão de direitos de acionista, inclusive o direito de voto;
- (xix) participação dos administradores nos lucros e resultados da Companhia;
- (xx) fixação de política de dividendos ou sua alteração, bem como a distribuição de dividendos de forma diversa da estabelecida na política;
- (xxi) aprovação, previamente à sua celebração, de qualquer negócio entre a Companhia e qualquer Acionista ou Afiliada de qualquer Acionista ou outras sociedades integrantes do mesmo grupo econômico destes Acionistas ou de suas Afiliadas;
- (xxii) a aprovação das demonstrações financeiras anuais e a destinação do resultado do exercício;
- (xxiii) a criação de qualquer ônus ou gravame, seja de que natureza for, sobre quaisquer bens ou direitos de titularidade da Companhia, presentes ou futuros, tangíveis ou intangíveis;
- (xxiv) a nomeação e destituição dos auditores independentes."

6.7. Aprovar a inclusão do "Capítulo VI – Da Autorização do Poder Concedente" e "Artigo 16" que passarão a vigorar com a redação abaixo e a consequente renumeração dos artigos subsequentes do Estatuto Social, com a inclusão do "Capítulo VI – Da Autorização do Poder Concedente".



Handwritten signatures and initials in blue ink.

SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35

NIRE Nº. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

“CAPÍTULO VI – DA AUTORIZAÇÃO DO PODER CONCEDENTE

Artigo 16. Não obstante qualquer outro dispositivo deste Estatuto Social em contrário, os seguintes atos somente poderão ser praticados pela Companhia ou por seus acionistas após prévia autorização do Poder Concedente:

- (i) qualquer alteração do Estatuto Social da Companhia, salvo aquelas de natureza eminentemente formal e/ou procedimental, que deverão ser objeto de simples comunicação posterior ao Poder Concedente;
- (ii) fusão, incorporação, cisão, transformação ou qualquer forma de reestruturação societária que implique transferência do controle acionário da Companhia;
- (iii) alienação do controle ou transferência da Companhia, conforme termos e condições previstos no Contrato de Concessão;
- (iv) criação de subsidiárias, inclusive para exploração de receitas acessórias;
- (v) redução do capital social da Companhia;
- (vi) contratação ou alteração na cobertura de seguros, na seguradora contratada e/ou nas garantias contratadas pela Companhia e relacionadas ao Contrato de Concessão;
- (vii) contratação de empréstimos ou obrigações, cujos prazos de amortização excedam o termo final do Contrato de Concessão;
- (viii) alienação, constituição de ônus ou transferência, de qualquer natureza, dos bens integrantes da concessão, pela Companhia a terceiros, inclusive seus financiadores ou garantidores;
- (ix) oferecimento, pela Companhia, de créditos e receitas a que fizer jus em decorrência do Contrato de Concessão, como garantia de financiamentos;
- (x) dação de ações ou direitos correspondentes ao controle da Companhia, em garantia de financiamentos; e
- (xi) subcontratação ou terceirização de serviços previstos no Contrato de Concessão.”

6.8. Aprovar a inclusão do artigo “21” no “Capítulo IX – Disposição Gerais” do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 21. Na hipótese de intervenção na Companhia, caberá ao interventor nomeado pelo Poder Concedente o poder de decisão.” e

6.9. Em face das deliberações constantes nos itens acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de acordo com a alteração aprovada nesta Assembleia, conforme constante do **ANEXO II**. Permanecem inalterados os demais dispositivos estatutários.

7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e acatada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 19 de março de 2018. **Assinaturas:** **Titular** José Porto Fernandes, Presidente e Carlos Alberto Pinto Nogueira, **Secretário** Acionistas. **(1) CCR S.A**, representada pelo



Handwritten signature and initials.

SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35

NIRE Nº. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

Sr. Paulo Yukio Fukuzaki; e (2) RUASINVEST PARTICIPAÇÕES S.A., representada pelo Sr. Paulo José Dinis Ruas e Sra. Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz.

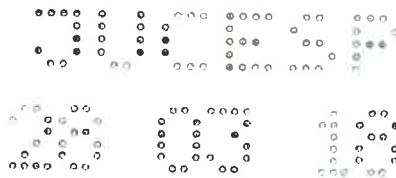
Certifico que a presente é cópia fiel do original, lavrado no livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais nº. 01, as fls. 16 a 30.


Luciano José Porto Fernandes
Presidente


Carlos Alberto Pinto Nogueira
Secretário





**SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.**

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35

NIRE Nº. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

**- ANEXO I -
DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL
REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2018**

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Boletim de Subscrição de R\$ 88.990.000,00 (oitenta e oito milhões, novecentos e noventa mil reais), representado por 88.990.000 (oitenta e oito milhões, novecentas e noventa mil) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação de R\$ 1,00 (um real), representativas do capital social da Companhia.




Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35

NIRE Nº. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

Subscritor	Ações Ordinárias Subscritas	Preço de Emissão das Ações - R\$	Forma e Prazo para Integralização
<p>CCR S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.367.702/0001-82, representada por seus Diretores os Senhores Antonio Linhares da Cunha, brasileiro, casado sob o regime da comunhão universal de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. M-751.190 – SSP/MG e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob o nº. 414.102.036-20 e Paulo Yukio Fukuzaki, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, contador, portador da cédula de identidade RG nº. 10.194.341 – SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob o nº. 073.215.168-65, ambos com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-065.</p> <p>Assinaturas:</p> 	74.164.266	R\$ 1,00	R\$74.164.266,00 a ser integralizado até 30 de abril de 2019.

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855
(Esq. d/a R. Funchal) - Tel.: 3045-0515/3058-5100
AUTENTICAÇÃO - Autentico a Presente
cópia reprográfica extraída, conforme
original apresentado, do(a)
S. Paulo

15º 29 MAR. 2018

Otávio Orzechowski
ESCREVENTE AUTENTICO
CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA - R\$ 3,50




SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35

NIRE Nº. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA


Subscritor	Ações Ordinárias Subscritas	Preço de Emissão das Ações - R\$	Forma e Prazo para Integralização
RUASINVEST PARTICIPAÇÕES S.A. , sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 12.901, 5º andar, sala 2, Torre Oeste, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 06.101.196/0001-97, representada por seus Diretores os Senhores Paulo José Dinis Ruas , português, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade para Estrangeiros RNE nº. W501775-F CGPI/DIREX/DFP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº. 128.477.058-30 e Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz , brasileira, divorciada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 5.069.721-3 SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº. 116.459.908-93, ambos com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas, 12.901, 5º andar, sala 2, Torre Oeste. Assinaturas: 	14.825.734	R\$ 1,00	R\$14.825.734,00 a ser integralizado até 30 de abril de 2019
TOTAL	88.990.000		R\$ 88.990.000,00

São Paulo/SP, 19 de março de 2018.

Mesa:


Luciano José Porto Fernandes
 Presidente

CARTÓRIO DO 13º TABELÃO DE NOTAS
 Av. Dr. Cardoso de Melo, 1835
 (Esq. da R. Funchal) - Tel.: 3045-0513/3058-5190
 AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
 cópia fotográfica extrada, conforme
 original apresentado, dou fé.
 15º 29 MAR. 2018
 SOLENTE
 SELLO DE
 CIDADADE


Alberto Pinto Nogueira
 Secretário

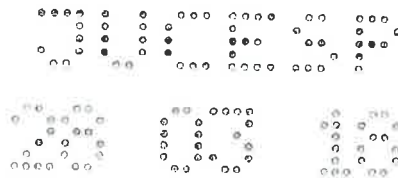


CNPJ/MF N°. 29.938.085/0001-35
NIRE N°. 3530051461-1
COMPANHIA FECHADA

[illegible]

Ct



**SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.**

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35

NIRE Nº. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

da Companhia exigirem, observadas as prescrições legais e estatutárias, sendo permitida a realização simultânea de Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias.

Parágrafo Primeiro. A convocação de qualquer Assembleia Geral será feita pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, nos termos da lei, ou por qualquer acionista, ou nos demais casos conforme previsão legal.

Parágrafo Segundo. Independentemente do disposto no parágrafo anterior, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

Parágrafo Terceiro. Qualquer acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais por procurador constituído, mediante procuração com poderes específicos, que ficará arquivada na sede da Companhia, observado o disposto no §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Quarto. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, por quem a Assembleia Geral indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo.

Artigo 6º. Além das matérias estabelecidas em Lei, caberá à Assembleia Geral da Companhia deliberar acerca dos seguintes assuntos:

- (i) constituição de subsidiárias ou controladas, bem como a participação da Companhia em qualquer outra sociedade, subscrição pela Companhia de capital social de qualquer outra sociedade ou aumento da participação da Companhia em qualquer outra sociedade;
- (ii) dissolução, liquidação, partilha ou cessação do estado de liquidação da Companhia ou quaisquer de suas controladas, coligadas ou subsidiárias;
- (iii) alteração do Estatuto Social;
- (iv) aumento de capital ou emissão de qualquer instrumento ou valor mobiliário conversível em ações da Companhia, emissão de opções ou bônus de subscrição, incluindo a aprovação do preço de emissão, os termos de pagamento e forma de colocação, pública ou privada;
- (v) eleição ou destituição dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia;
- (vi) qualquer transformação, fusão, incorporação, cisão, reorganização societária ou participação em grupo de sociedades envolvendo a Companhia;
- (vii) venda de ativos da Companhia que sejam essenciais para exploração de seu objeto social;
- (viii) autorização aos administradores para declarar falência ou requerer recuperação judicial ou homologação de recuperação extrajudicial;
- (ix) abertura do capital da Companhia e suas condições;
- (x) realização de investimentos não previstos no Plano de Negócios;
- (xi) aprovação de qualquer alteração do Contrato de Concessão;



G

SA

SA

SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF N°. 29.938.085/0001-35

NIRE N°. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

- (xii) aprovação da contratação e qualquer alteração aos contratos de fornecimento de equipamentos, operação ou manutenção do Sistema de Transporte objeto do Contrato de Concessão e que excedam R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social;
- (xiii) concessão de avais, fianças ou qualquer outra garantia ou contra-garantia nos termos do Estatuto Social;
- (xiv) alteração ou revisão do Plano de Negócios;
- (xv) redução de capital da Companhia, com ou sem entrega de bens ou dinheiro às Acionistas;
- (xvi) resgate ou amortização de ações;
- (xvii) ajuizamento de qualquer ação judicial perante o Poder Concedente ou o início de qualquer procedimento arbitral relacionado ao Contrato de Concessão;
- (xviii) suspensão de direitos de acionista, inclusive o direito de voto;
- (xix) participação dos administradores nos lucros e resultados da Companhia;
- (xx) fixação de política de dividendos ou sua alteração, bem como a distribuição de dividendos de forma diversa da estabelecida na política;
- (xxi) aprovação, previamente à sua celebração, de qualquer negócio entre a Companhia e qualquer Acionista ou Afiliada de qualquer Acionista ou outras sociedades integrantes do mesmo grupo econômico destes Acionistas ou de suas Afiliadas;
- (xxii) a aprovação das demonstrações financeiras anuais e a destinação do resultado do exercício;
- (xxiii) a criação de qualquer ônus ou gravame, seja de que natureza for, sobre quaisquer bens ou direitos de titularidade da Companhia, presentes ou futuros, tangíveis ou intangíveis;
- (xxiv) a nomeação e destituição dos auditores independentes.

CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7º. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Artigo 8º. O Conselho de Administração da Companhia será composto de 05 (cinco) membros, dentre os quais 01 (um) será designado Presidente, sendo permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas para um mandato de 02 (dois) anos, admitida a reeleição, devendo os mesmos permanecer nos respectivos cargos até a posse dos novos membros.

Artigo 9º. O Conselho de Administração reunir-se-á mensalmente ou sempre que convocado pelo Presidente, pela maioria de seus membros ou pela Diretoria Executiva, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, devendo constar da convocação, além do local, data e hora da reunião, a respectiva ordem do dia. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.



COMPANHIA FECHADA



SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35

NIRE Nº. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

Parágrafo Segundo. A divulgação de valores atualizados de limites de alçada, previsto no parágrafo primeiro supra, será feita anualmente pela Diretoria da Companhia, por meio de circular interna, sendo desnecessária a atualização do Estatuto Social até o limite de 50% (cinquenta por cento) do Valor Original, ou em qualquer momento que o Conselho de Administração entender necessário.

Artigo 11. O quórum de instalação das reuniões do Conselho de Administração será de 03 (três) membros. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes.

Artigo 12. A administração corrente da Companhia será assegurada por uma Diretoria Executiva composta de 02 (dois) membros, sendo um deles designado Diretor Presidente, permitida a reeleição. As atribuições individuais dos membros da Diretoria serão definidas por deliberação do Conselho de Administração. O mandato dos diretores é de 02 (dois) anos, permanecendo em seus cargos até substituição ou reeleição. Sua remuneração será estabelecida anualmente pelo Conselho de Administração, conforme previsto na alínea (ix) do artigo 10 acima.

Artigo 13. Competirá à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

Artigo 14. A representação ativa e passiva da Companhia, em Juízo e fora dele, será sempre exercida por, pelo menos, 02 (dois) diretores em conjunto, ou por um diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais e específicos, ou por 02 (dois) procuradores em conjunto com poderes especiais e específicos.

Parágrafo Primeiro. Os instrumentos de mandato serão sempre firmados pelos dois diretores da Companhia e não poderão ter prazo superior a um ano, vedado o substabelecimento, salvo aqueles com finalidade "ad judícia", que poderão ter prazo indeterminado.

Parágrafo Segundo. O limite de prazo disposto no parágrafo primeiro supra não se aplica às procurações outorgadas pela Companhia, necessárias à consecução de contratos de financiamento a serem firmados eventualmente junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e à Caixa Econômica Federal – CEF. Nesse caso, as procurações que vierem a ser outorgadas deverão permanecer vigentes até o total cumprimento das obrigações previstas em tais financiamentos.

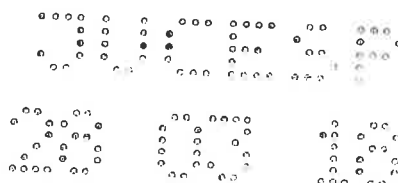
CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL

Artigo 15. O Conselho Fiscal será um órgão com funcionamento permanente e se instalará na forma da lei. Quando instalado, será composto por três membros efetivos e igual número de suplentes.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35

NIRE Nº. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

CAPÍTULO VI – DA AUTORIZAÇÃO DO PODER CONCEDENTE

Artigo 16. Não obstante qualquer outro dispositivo deste Estatuto Social em contrário, os seguintes atos somente poderão ser praticados pela Companhia ou por seus acionistas após prévia autorização do Poder Concedente:

- (i) qualquer alteração do Estatuto Social da Companhia, salvo aquelas de natureza eminentemente formal e/ou procedimental, que deverão ser objeto de simples comunicação posterior ao Poder Concedente;
- (ii) fusão, incorporação, cisão, transformação ou qualquer forma de reestruturação societária que implique transferência do controle acionário da Companhia;
- (iii) alienação do controle ou transferência da Companhia, conforme termos e condições previstos no Contrato de Concessão;
- (iv) criação de subsidiárias, inclusive para exploração de receitas acessórias;
- (v) redução do capital social da Companhia;
- (vi) contratação ou alteração na cobertura de seguros, na seguradora contratada e/ou nas garantias contratadas pela Companhia e relacionadas ao Contrato de Concessão;
- (vii) contratação de empréstimos ou obrigações, cujos prazos de amortização excedam o termo final do Contrato de Concessão;
- (viii) alienação, constituição de ônus ou transferência, de qualquer natureza, dos bens integrantes da concessão, pela Companhia a terceiros, inclusive seus financiadores ou garantidores;
- (ix) oferecimento, pela Companhia, de créditos e receitas a que fizer jus em decorrência do Contrato de Concessão, como garantia de financiamentos;
- (x) dação de ações ou direitos correspondentes ao controle da Companhia, em garantia de financiamentos; e
- (xi) subcontratação ou terceirização de serviços previstos no Contrato de Concessão.

DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADOS

Artigo 17. O exercício social coincide com o ano civil. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei, que serão auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras anuais serão apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária, que deliberará sobre a distribuição de, no mínimo, 25% (vinte e cinco) do lucro líquido anual, ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76, ou até sobre sua retenção, total ou parcial.

Artigo 18. A Companhia poderá levar à conta de lucros e prejuízos os lucros apurados nesses balanços, ou



G

SA

SA

SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF N°. 29.938.085/0001-35

NIRE N°. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, que poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

Parágrafo Primeiro. A distribuição de dividendos ficará condicionada aos limites fixados pela Lei 6.404/76, quer quantitativamente, quer quanto à periodicidade de sua distribuição, sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do Art. 202 da referida Lei.

Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de juros sobre capital próprio.

CAPÍTULO VII – REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA E DISSOLUÇÃO

Artigo 19. A Companhia se dissolverá nos casos previstos na lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devam funcionar durante o período.


CAPÍTULO VIII – ARBITRAGEM

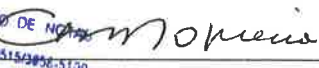
Artigo 20. As divergências entre os acionistas e a Companhia deverão ser solucionadas por arbitragem, na forma do disposto no §3º do artigo 109 da Lei nº 6.404/76, por um ou mais árbitros indicados na forma do regulamento da Câmara de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. A arbitragem terá sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e será conduzida em português.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 21. Na hipótese de intervenção na Companhia, caberá ao interventor nomeado pelo Poder Concedente o poder de decisão.

Artigo 22. A Companhia observará os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à respectiva administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos termos de tais acordos, e ao Presidente da Assembleia Geral e da Reunião do Conselho de Administração abster-se de computar os votos lançados contra os mesmos.


Luciano José Porto Fernandes
 Presidente


Alberto Pinto Nogueira
 Secretário

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
 Av. Dr. Cardoso de Mota, 1853
 (Eq. d/a R. Piumal) - Tel.: 3045-0515/0516-5100
 AUTENTICAÇÃO - Autêntico a
 cópia - reprográfica extraída, conforme
 original apresentado, dou fé.

15º 29 MAR 2018

Olavio C
 ESCREVEN
 CUSTAS CONTRIB





COMPANHIA FECHADA

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

15^o 29 MAR 2018 Coleção Notarial Brasil
1237 AUTENTICAÇÃO
00598.B0521988
Cláudio Orzechowski
ESCRIVÃO AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/VERGA - R\$ 3,50

